

Exmo. Sr. Presidente da AML

Exmos. Secretários, Deputados Municipais e membros do Executivo

Em nome do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, saudar os trabalhadores que marcam hoje aqui presença. Não podemos deixar de valorizar também a greve promovida pelo Sindicato no passado dia 28 de novembro, com uma adesão na ordem dos 88% por parte destes trabalhadores da Divisão de Arquivo Municipal, orgânica sob alçada do pelouro da Cultura.

A vontade expressa pela imensa maioria dos profissionais que dão corpo e sentido ao Arquivo Municipal, à Videoteca, ao Arquivo Arco do Cego e ao Arquivo Fotográfico, demonstra, se dúvidas restassem, a força das suas, das nossas reivindicações. Em síntese, exige-se a criação de um edifício único e digno, multidisciplinar, respeitando assim as suas condições de trabalho, a qualidade do serviço público que pode e deve ser prestado aos lisboetas e, principalmente, garantindo e salvaguardando para o futuro, a memória histórica e cultural de uma cidade com séculos de vida como é Lisboa.

Contudo, sobre este processo, há uma cronologia que interessa relembrar face às opções políticas até agora assumidas. Em 2017, os trabalhadores do Arquivo foram confrontados com a possível transferência para um novo local na cidade, as Torres do Alto da Eira. Mais recentemente e pelo mar conturbado de mudanças de instalações, raramente debatidas e previamente planeadas, consta a intenção de mudar o Arquivo Arco do Cego para as instalações do Bairro da Liberdade, que também poderá receber a Videoteca.

As lamentáveis condições de trabalho e de conservação do arquivo instalado na zona habitacional do Bairro da Liberdade (em lojas e garagens), são públicas, e os seus responsáveis, políticos e hierárquicos, há muito que as conhecem, independentemente de agora afirmarem alguma estupefação perante a realidade que decidiram ignorar por mais de uma década.

Foi neste cenário que em 2017, o Sindicato promoveu um abaixo-assinado com os trabalhadores, tendo-se realizado a 31 de janeiro de 2018 uma concentração na Praça do Município. À Vereadora do Pelouro da Cultura, que nos recebeu nesse dia, foi entregue a posição subscrita pela imensa maioria dos trabalhadores, que em suma, exigia o seu envolvimento em todos os processos sobre instalações e condições de trabalho. Uma reivindicação que, lamentavelmente, continua bem atual.

É verdade que durante o mês de maio desse ano (2018), trabalhadores do Arquivo e Sindicato, visitaram as instalações do Alto da Eira, sendo expectável e visível, já então, o caminho negativo que a CML assumiu à margem de tudo e de todos.

Por outro lado, sobre soluções hipotéticas para uma futura e definitiva localização, opta-se, novamente, por recorrer à opinião de “um grupo de especialistas”, externo à CML, não vá as competências e a experiência sustentada em décadas de trabalho nesta área por parte dos profissionais do município, serem obstáculo a uma vontade que a todos nos ultrapassa.

Mas ainda sobre o Alto da Eira, mesmo sob a capa de “arquivo de retaguarda”, uma vez mais deve ficar sublinhado o seguinte para que a memória não nos falhe:

1. No período de 2002 a 2004, por razões de salubridade, o Arquivo foi transferido do Alto da Eira para o Bairro da Liberdade (uma relocalização apontada como “provisória”...).
2. Da ‘comissão’ que avaliou os problemas do Alto da Eira (da qual fez parte o STML, para além da Câmara Municipal, suportada ou não em outros organismos), chegou-se à conclusão que este local não é, não seria e nunca foi solução adequada para instalar o Arquivo;
3. Conclusão óbvia, face a um edifício que conjugava a vertente de arquivo com a vertente habitacional, justificando também, em alguma medida, o caráter provisório do Bairro da Liberdade, também ele em espaço habitacional;
4. Infelizmente, o caráter provisório arrasta-se há 15 anos...
5. Desprezando as conclusões de 2002 (formalizadas em ata), em 2015, o Executivo, sustentado confortavelmente pelas recomendações, novamente de um “grupo de especialistas”, aponta a reabilitação das Torres do Alto da Eira para (re) albergar o Arquivo.

Com esta opção, desrespeitaram e defraudaram os interesses dos trabalhadores, dos lisboetas e da cidade, para não referir o muito que poderia ser dito com as decisões que desbaratam, uma e outra vez, o erário público face a caminhos dispendiosos- **mas sem saída** -, soluções apontadas como provisórias - **mas que se eternizam no tempo**. Respostas que se limitam a uma mera reação superficial, secundarizando a questão de fundo.

Apesar da reabilitação do edificado da Penha de França, mantém-se a lógica que desrespeita normas e recomendações (nacionais e internacionais) sobre as instalações de um Arquivo, que passa, impreterivelmente, por um edifício único e nunca em ‘regime partilhado’.

Acresce sobre este assunto que as condições atualmente existentes, no Bairro da Liberdade e no Alto da Eira, não reúnem garantias à salvaguarda futura de um espólio de valor incalculável. Documentação, em alguns casos com vários séculos, que transporta a história e a memória coletiva da cidade e do seu povo. Instalações sujeitas a humidades, infiltrações e riscos de inundações inesperadas, seja pela força da

natureza ou simples desleixo (mesmo indesejado) dos ‘vizinhos’ que ocupam as habitações dos pisos superiores.

Perante o autismo que tem marcado o passo deste Executivo, e da Vereadora da Cultura em particular, os trabalhadores não se deixaram adormecer. Avançaram com uma petição, apoiada e incentivada pelo Sindicato, entregue em outubro último nesta Assembleia. Aguarda-se o agendamento para a votação em plenário do relatório e recomendações que sairão da 7ª Comissão.

Paralelamente, entre maio e julho, o Sindicato, sempre acompanhado por trabalhadores do Arquivo, solicitou e reuniu com boa parte dos eleitos da cidade. Perante os vereadores sem pelouro (do PCP, PSD e CDS-PP), ou os vários grupos políticos com assento nesta Assembleia (do PCP, PEV, BE, PS, CDS e PAN), foram apresentadas preocupações e expectativas, enumerados factos e argumentos, mas também respostas e soluções ao problema maior sobre a conservação, acesso e disponibilização para o futuro, das mais variadas plataformas documentais que dão substância aos quatro polos da Divisão de Arquivo Municipal.

É verdade que o problema do arquivo diz respeito a todos! Porém, apenas o Executivo detém o poder político para decidir sobre esta matéria. Que assuma então, o que ontem já era tarde, concretamente para ‘onde, como e quando’?

A reivindicação por um edifício único - reabilitado ou construído de raiz - para o Arquivo Municipal de Lisboa, enquanto uma das cidades mais antigas e importantes da Europa, mantêm-se no horizonte como prioridade na luta que iremos continuar a desenvolver. Desenganem-se os que pensam ou desejam, mesmo depois do já realizado, que nos iremos calar.

Obrigado.

P’ Direcção do STML

Luís Filipe Dias

10 de dezembro de 2019